



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

## SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nº ÚNICO: 0008054-14.2014.8.10.0000

HABEAS CORPUS Nº 038966/2014 – SÃO LUÍS(MA)

PACIENTE : José de Alencar Miranda de Carvalho  
IMPETRANTE : Wendel Araújo de Oliveira  
IMPETRADO : Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís  
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, § 2º, I, IV e V, c/c art. 29, e art. 288, parágrafo único, do CP  
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

### RESUMO

#### • Objeto:

- Cuida-se de *habeas corpus*, impetrado pelo advogado Wendel Araújo de Oliveira, em favor de José de Alencar Miranda de Carvalho, contra tido por ilegal proveniente do juízo de direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, preso preventivamente desde 13/06/2012

#### • Fatos e circunstâncias do crime<sup>1</sup>:

- O paciente foi pronunciado por incidência comportamental no art. 121, § 2º, I, IV e V, c/c art. 288, parágrafo único, do CP, sendo-lhe imputada a acusação de ser o mandante do assassinato do jornalista Aldenísio Décio Leite de Sá.

#### • Argumentos contidos no writ/razões – fls. 03/18:

- o paciente é um idoso de 74 (setenta e quatro) anos de idade, primário, sem antecedentes criminais, e que sofre de sérios problemas de saúde (cardiopatia grave).  
- Laudos médicos acostados aos autos demonstram que o paciente a qualquer momento pode sofrer uma parada cardíaca, posto que sofre de cardiopatia grave e submeteu-se a recente cateterismo.  
- No local em que o paciente se encontra detido não há acompanhamento médico e sequer existem condições de socorro adequadas para o seu problema de saúde.  
- Recentemente, o Comando da PMMA expediu ofícios ao juízo dito coator, alertando sobre o agravamento do estado de saúde do paciente, o que recomendava sua transferência para um local onde pudesse ser adequadamente assistido por médicos.

<sup>1</sup> Retirados da decisão que decretou a prisão preventiva (fls. 58/62).



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

• **Liminar:** deferida, fls. 123/128.

• **Informações** fls. 151<sup>2</sup>, e reiteradas às fls. 181/182.

• **Parecer da PGJ:** fls. 184/190 – **Joaquim Henrique Carvalho de Lobato**. Conhecimento e concessão da ordem.

- os documentos acostados aos autos revelam que o paciente é portador de cardiopatia hipertensiva com baixa capacidade funcional e risco cardiovascular alto, e ele teve que ser levado a atendimento médico de urgência fora do sistema prisional, por dez vezes, em razão de não haver serviço similar adequado no complexo penitenciário de Pedrinhas.

• **VOTO:** de acordo com o parecer ministerial, conhecimento e concessão da ordem, confirmando os efeitos da liminar

**1. Do conhecimento do Habeas Corpus.**

- Este é o **segundo Habeas Corpus** distribuído à minha relatoria, em favor do paciente José Alencar Miranda de Carvalho, no qual está sendo reiterada a alegação de necessidade de conversão da prisão cautelar em domiciliar, em virtude do grave estado de saúde daquele, sendo que no antecedente, à míngua de comprovação documental idônea, a ordem restou denegada (nº 013241/2013).

- Neste *writ*, contudo, há documentos que indicam o **agravamento** do estado de saúde do paciente, e outros documentos indicando a necessidade de tratamento médico adequado, o que ensejou o conhecimento da impetração.

**2. Da natureza jurídica da prisão domiciliar**

- Embora indiscutivelmente cautelar, difere-se das demais medidas dessa natureza, diante dos referidos requisitos legais próprios, e por ser aplicável apenas em substituição à prisão preventiva, e não como medida alternativa. Ou seja, a prisão domiciliar só é cabível quando a prisão preventiva mostra-se necessária e adequada<sup>3</sup>, mas incompatível com as situações expressamente elencadas no art. 318, do CPP. Doutrina.

**3. Da prisão domiciliar do paciente**

- Ofícios oriundos da administração penitenciária estadual, informando sobre a gravidade do estado de saúde do paciente, e os diversos atendimentos de urgência efetuados fora da unidade prisional, que não dispõe de estrutura adequada para atendê-lo.

- ofício nº 082/2014-PPCG (fls. 114);

<sup>2</sup> Incompletas e vagas, apenas disse que o paciente estava em prisão domiciliar (óbvio, efeito da liminar deferida) o que motivou a reiteração.

<sup>3</sup> As cautelares diversas (art. 319, do CPP), ao revés, aplicam-se alternativamente, ou seja, quando a cautelaridade é necessária, mas deve ser adequada à medida menos gravosa.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

- [Ofício nº 099/2014-PPCG \(fls. 117\)](#); e

- [Ofício nº 153/2014 – Subch do EMG \(fls. 119\)](#).

- Inicialmente, destaco que tais informações oficiais, provenientes da própria administração penitenciária, revelam que o local de custódia do paciente é totalmente inadequado à sua condição de portador de cardiopatia grave.

- Os mesmos documentos sinalizam tanto o agravamento do estado de saúde do paciente, como a inexistência de estrutura adequada na unidade prisional que ele se encontra recolhido, o que indica a necessidade de conversão da prisão preventiva em domiciliar, como medida necessária à preservação de sua saúde.

- O atestado médico de fls. 84/87, conforme advertiu a PGJ, informa que o paciente é portador de **cardiopatia hipertensiva com baixa capacidade funcional e risco cardiovascular alto**.

- Embora tais documentos sejam datados de 2012, as informações de fls. 181/182 revelam que desde 20/08/2012, até 25/07/2014, o paciente apresentou complicações em seu estado de saúde, que demandaram cerca de **10 (dez) atendimentos médicos de urgência fora da unidade prisional**, o que corrobora, indubitavelmente, a constatação de que o Complexo Penitenciário de Pedrinhas não dispõe de estrutura para tratá-lo adequadamente.

- Portanto, observo que o paciente enquadra-se na situação descrita no art. 318, II, do CPP, pois se encontra **“extremamente debilitado por motivo de doença grave”**, cujo tratamento adequado requer atendimento médico e estrutura não disponíveis no sistema prisional estadual. [Julgados](#).

- De rigor, portanto, a concessão da ordem, em definitivo.

• **CONCLUSÃO:**

- Feitas essas ponderações, na esteira do parecer da d. Procuradoria de Justiça, conheço do *writ*, e concedo a ordem impetrada, para converter a prisão preventiva do paciente em domiciliar, confirmando os efeitos da liminar.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

## SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**SESSÃO DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2014.**

**Nº ÚNICO: 0008054-14.2014.8.10.0000**

**HABEAS CORPUS Nº 038966/2014 – São Luís(MA)**

**PACIENTE : José de Alencar Miranda de Carvalho**  
**IMPETRANTE : Wendel Araújo de Oliveira**  
**IMPETRADO : Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís**  
**INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, § 2º, I, IV e V, c/c art. 29, e art. 288, parágrafo único, do CP**  
**RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida**

**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_\_**

**EMENTA. HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE CONVERSÃO EM PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE PORTADOR DE CARDIOPATIA GRAVE. FALTA DE ESTRUTURA MÉDICA ADEQUADA DO SISTEMA PRISIONAL DOCUMENTALMENTE COMPROVADA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. ORDEM CONCEDIDA.**

1. A prisão domiciliar, incluída no Código de Processo Penal por força das alterações trazidas pela Lei nº 12.403/11, não constitui medida alternativa à prisão preventiva, mas substitutiva, cabível dentro das restritas hipóteses *números clausus* do art. 318, do CPP.

2. Havendo comprovação idônea, de um lado, que o paciente encontra-se extremamente debilitado por motivo de doença grave (cardiopatia hipertensiva com baixa capacidade funcional e risco cardiovascular alto), e de outro, absoluta incapacidade de atendimento médico adequado, reconhecida pelo próprio sistema prisional, de



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

rigor a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

3. Ordem concedida.

**Acórdão** - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em conhecer do *habeas corpus*, e conceder a ordem impetrada, convertendo a prisão preventiva em domiciliar, confirmando os efeitos da liminar, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida (Relator), José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça....

São Luís(MA), 04 de dezembro de 2014.

**DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida**

**RELATOR**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

**RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida**

**(relator):** Cuida-se de *habeas corpus*, impetrado pelo advogado Wendel Araújo de Oliveira, em favor de José de Alencar Miranda de Carvalho, contra tido por ilegal proveniente do juízo de direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

Colhe-se, da inicial da impetração, que o paciente foi denunciado por incidência comportamental no art. 121, § 2º, I, IV e V, c/c art. 288, parágrafo único, do CP, sendo-lhe imputada a acusação de ser o mandante do assassinato do jornalista Aldenísio Décio Leite de Sá.

Sustenta o impetrante que o paciente é um idoso de 74 (setenta e quatro) anos de idade, primário, sem antecedentes criminais, e que sofre de sérios problemas de saúde (cardiopatia grave), estando preventivamente preso desde 13/06/2012.

Ressalta que os laudos médicos acostados aos autos demonstram que o paciente a qualquer momento pode sofrer uma parada cardíaca, posto que sofre de cardiopatia grave e submeteu-se a recente cateterismo.

Alega, ademais, que no local em que o paciente se encontra detido não há acompanhamento médico e sequer existem condições de socorro adequadas para o seu problema de saúde.

Acrescenta que, recentemente, o Comando da PMMA expediu ofícios ao juízo dito coator, alertando sobre o agravamento do estado de saúde do paciente, o que recomendava sua transferência para um local onde pudesse ser adequadamente assistido por médicos.

Argumenta que a Lei de Execução Penal, em seu art. 117, admite o recolhimento do beneficiário do regime semiaberto em residência particular, quando se tratar de condenado maior de 70 (setenta) anos, ou acometido de doença grave.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Aduz que não existe nos autos qualquer elemento que demonstre que o paciente possa comprometer a instrução criminal, tornando-se desnecessária a manutenção da medida cautelar restritiva de liberdade.

Assevera que o juiz de direito da 1ª Vara do Júri de Teresina/PI concedeu a prisão domiciliar ao paciente, no processo em que este é acusado da morte de Fábio Brasil.

Pleiteia, por fim, a concessão da ordem de *habeas corpus*, liminarmente, a fim que a prisão preventiva seja convertida em domiciliar, confirmando os efeitos do provimento em julgamento meritório final.

Com a inicial, acostou os documentos de fls. 23/120.

Através da decisão de fls. 123/128, vislumbrando a plausibilidade dos argumentos e documentos que noticiavam a gravidade do estado de saúde do paciente, deferi a liminar vindicada, convertendo a prisão preventiva em domiciliar.

As informações foram requisitadas através do despacho de fls. 142, em 01 de setembro de 2014, sendo recebido o respectivo ofício na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, em 09/09/2014 (fls. 146), e, em 10/10/2014, foi protocolado o ofício de fls. 151, subscrito pelo Subchefe do Estado Maior Geral da PMMA, Cel QOPM Rosivaldo Costa Ribeiro, apenas informando o cumprimento da medida liminar, e que o paciente não mais se encontrava custodiado.

Os autos retornaram-me conclusos em 14/10/2014, e, diante da lacônica resposta da autoridade dita coatora, a requisição de informações foi reiterada às fls. 152/154, na data de 16/10/2014, advertindo-se sobre a necessidade de que fossem instruídas com documentos sobre o agravamento do estado de saúde do paciente.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Por um equívoco nos serviços da Secretaria deste e. Colegiado, as informações foram direcionadas ao juízo pronunciante, qual seja, a 1ª Vara do Tribunal do Júri do termo judiciário de São Luís, que, prestou esclarecimentos às fls. 156/159.

O impetrante requereu a juntada dos documentos de fls. 164/177, que dizem respeito a exames e receituários médicos do paciente, por ocasião de um de seus atendimentos médicos.

Em 31 de outubro de 2014, a referida autoridade militar prestou novas informações, às fls. 181/182.

Em parecer conclusivo às fls. 184/190, o Procurador de Justiça Joaquim Henrique de Carvalho Lobato opina pela concessão da ordem, confirmando, em definitivo, os efeitos da liminar, aduzindo, em essência, que os documentos acostados aos autos revelam que o paciente é portador de cardiopatia hipertensiva com baixa capacidade funcional e risco cardiovascular alto, e ele teve que ser levado a atendimento médico de urgência fora do sistema prisional, por dez vezes, em razão de não haver serviço similar adequado no complexo penitenciário de Pedrinhas.

É o relatório.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

**Voto – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):** Cuida-se de *habeas corpus*, impetrado pelo advogado Wendel Araújo de Oliveira, em favor de José de Alencar Miranda de Carvalho, contra tido por ilegal proveniente do juízo de direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

Inicialmente, algumas ponderações sobre o conhecimento do presente *writ*, por se tratar do segundo impetrado em favor do paciente.

### **1. Do conhecimento do *Habeas Corpus*.**

*Ab initio*, convém registrar que este é o **segundo** *Habeas Corpus* distribuído à minha relatoria, em favor do paciente José Alencar Miranda de Carvalho, no qual está sendo reiterada a alegação de necessidade de conversão da prisão cautelar em domiciliar, em virtude do grave estado de saúde daquele.

No *writ* antecedente, autuado sob o nº 013241/2013, a ordem restou denegada, cujo julgado está assim ementado:

EMENTA. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA Nº 52, DO STJ. PRISÃO DOMICILIAR. IDADE AVANÇADA E DOENÇA GRAVE. REQUISITOS NÃO VERIFICADOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. Se a instrução criminal foi finalizada, estando o processo em fase de alegações finais, não há que se falar em excesso de prazo para a formação da culpa. Inteligência da Súmula 52, do STJ.

2. É facultado ao juiz determinar o recolhimento do preso provisório em sua residência, desde que satisfatoriamente comprovado o preenchimento de quaisquer dos requisitos elencados no art. 318, do CPP.

3. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

Neste remédio heroico, não restaram devidamente comprovados a suposta gravidade do estado de saúde do paciente, bem como a impossibilidade de o



sistema prisional prover sua assistência medica de forma adequada, fatores decisivos para a denegação da ordem.

Contudo, no presente *writ*, à vista dos documentos que instruem a inicial, é forçoso admitir que a quadra fática delineada nos autos é diversa, que revela o **agravamento** do estado de saúde do paciente, e ainda, a preocupação da direção do sistema prisional em mantê-lo custodiado numa unidade que não dispõe de estrutura adequada para assisti-lo.

Assim, o presente *Habeas Corpus* deve ser [conhecido](#).

## 2. Da natureza jurídica da prisão domiciliar

A prisão domiciliar de natureza cautelar foi recentemente incluída no Código de Processo Penal, pela Lei nº 12.403/11, que está assim regulamentada, nos arts. 317 e 318, do CPP:

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.  
(Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - **extremamente debilitado por motivo de doença grave;**

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

Parágrafo único. **Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.**

(sem destaques no original)



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Referida prisão domiciliar, embora indiscutivelmente cautelar, difere-se das demais medidas dessa natureza, diante dos referidos requisitos legais próprios, e por ser aplicável apenas em substituição à prisão preventiva, e não como medida alternativa.

Ou seja, a prisão domiciliar só é cabível quando a prisão preventiva mostra-se necessária e adequada<sup>4</sup>, mas incompatível com as situações expressamente elencadas no art. 318, do CPP.

Confira-se as lições de Eugênio Paceli de Oliveira:

[...] A Lei nº 12.403/11 inova também ao prever outra modalidade de medida cautelar, ainda que semelhante às prisões.

Trata-se da *prisão domiciliar*, prevista no art. 317, CPP, que determina o recolhimento *permanente* do indiciado ou acusado em sua residência, dali não podendo ausentar-se senão por meio de autorização judicial expressa.

A prisão domiciliar, portanto, não se inclui como alternativa à prisão preventiva, tal como ocorre com as medidas previstas no art. 319. Ela somente será aplicada *como substitutiva* da prisão preventiva e desde que estejam presentes algumas das hipóteses arroladas no art. 318, CPP [...]

Em relação às questões de natureza mais subjetiva, tal como ocorre em relação à comprovação do *alto risco da gestação*, à *necessidade de cuidados especiais de menor de seis anos ou deficiente*, bem como a *doença grave*, há que se exigir prova técnica, nos casos em que sejam necessários diagnósticos e atestados médicos e comprovação fática das circunstâncias pessoais do acusado, a fim de se demonstrar a necessidade de sua presença na [residência](#). [...]<sup>5</sup>

A par dessas premissas dogmáticas, analiso a questão alusiva à prisão domiciliar do paciente, em aprofundamento cognitivo da questão posta nos [autos](#).

<sup>4</sup> As cautelares diversas (art. 319, do CPP), ao revés, aplicam-se alternativamente, ou seja, quando a cautelaridade é necessária, mas deve ser adequada à medida menos gravosa.

<sup>5</sup> **Curso de Processo Penal**. 17. Ed. Atlas, 2013, p. 572.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

### 3. Da prisão domiciliar do paciente

Na ocasião do deferimento do pleito urgente, vislumbrei a plausibilidade dos argumentos da impetração, à vista dos documentos que instruíam a inicial, sobretudo, os ofícios recentemente subscritos por autoridades militares do Estado, nos quais revelam que o paciente apresenta graves problemas de saúde.

Nesse vértice, destaco, inicialmente, o ofício nº 082/2014-PPCG (fls. 114), subscrito pelo Aux. do Coordenador do Pavilhão de Prisões da PMMA, datado de **16 de julho de 2014**, donde se extrai que o paciente **“constantemente apresenta problemas de saúde em todos os aspectos [...]”** pugnando para que ele **“seja transferido a outra casa de custódia que possa melhor assisti-lo na sua [saúde](#) [...]”**.

Referida solicitação foi reiterada na missiva nº 099/2014-PPCG (fls. 117), datado de 09/07/2014, subscrito pelo Coordenador do Pavilhão de Prisões do Quartel do Comando Geral, no qual destaco o seguinte fragmento: **“o preso em questão encontrava-se em cela comum e que esta Unidade Prisional não dispunha de aparelhamento, nem de instrumento de natureza hospitalar, nem tão pouco cardiologistas de forma permanente ou transitória, para ministrar remédios ou realizar intervenções em casos de ocorrências [cardiopatas](#).”**

Por fim, o ofício nº 153/2014 – Subch do EMG (fls. 119), datado de 22 de julho do corrente, fora encaminhado ao juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri do Termo Judiciário de São Luís, que o recebeu em 25/07/2014, e noticia que **“a saúde do referido recluso demanda cuidados especiais, como se extrai das informações prestadas pelos oficiais que coordenam aquele [Pavilhão](#) [...]”**

Agora, em aprofundamento cognitivo da matéria, vejo que o provimento urgente deve ser confirmando, em definitivo.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Inicialmente, destaco que tais informações oficiais, provenientes da própria administração penitenciária, revelam que o local de custódia do paciente é totalmente inadequado à sua condição de portador de cardiopatia grave.

Os mesmos documentos que instruem a inicial sinalizam tanto o agravamento do estado de saúde do paciente, como a inexistência de estrutura adequada na unidade prisional que ele se encontra recolhido, o que indica a necessidade de conversão da prisão preventiva em domiciliar, como medida necessária à preservação de sua saúde.

O atestado médico de fls. 84/87, conforme advertiu a PGJ, informa que o paciente é portador de **cardiopatia hipertensiva com baixa capacidade funcional e risco cardiovascular alto**.

Embora tais documentos sejam datados de 2012, as informações de fls. 181/182 revelam que desde 20/08/2012, até 25/07/2014, o paciente apresentou complicações em seu estado de saúde, que demandaram cerca de **10 (dez) atendimentos médicos de urgência fora da unidade prisional**, o que corrobora, indubitavelmente, a constatação de que o Complexo Penitenciário de Pedrinhas não dispõe de estrutura para tratá-lo adequadamente.

Nesse passo:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACOMETIDA DE OBESIDADE MÓRBIDA. PRECÁRIO ESTADO DE SAÚDE COMPROVADO. ESTABELECIMENTO PRISIONAL QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA ADEQUADA. PRISÃO DOMICILIAR. CABIMENTO. ART. 318, II, CPP. CONCESSÃO DA ORDEM. I- Com a vigência da Lei nº 12.403/11 os presos provisórios passaram a ter o direito de cumprir seu segregamento em domicílio, desde que se enquadrem em uma das condições estabelecidas no art. 318, do CPP. II- Paciente acometida de obesidade mórbida. **Informação do médico da unidade prisional no sentido de que o estabelecimento não possui condições**

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

**satisfatórias para mantê-la.** III- Manter a paciente neste precário estado de saúde em estabelecimento prisional que não dispõe de enfermaria e pessoal plantonista capacitado para atendimento de emergência e possíveis urgências para obesidade mórbida, **cardiopatia crônica** e aguda, diabetes descontrolada e traumatologia, doenças presentes e possíveis na acautelada atenta não só contra a dignidade da pessoa humana, mas também, e principalmente, contra a própria vida. IV- Ordem concedida.<sup>6</sup>

Trago à colação precedente deste e. Câmara em caso assemelhado, no qual o ilustre relator, desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, concedeu a ordem, convertendo a prisão preventiva em domiciliar, em razão de o paciente (idoso, tal qual o caso vertente), diagnosticado com câncer de próstata, necessitar de tratamento médico indisponível no sistema prisional:

ABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. REQUERIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR. ARTS. 317 E 318 DO CPP. PACIENTE IDOSO, ACOMETIDO DE DOENÇA GRAVE. ORDEM CONCEDIDA. 1 – A existência de doença grave não garante, por si só, o direito à prisão domiciliar, sendo indispensável a existência de prova incontroversa de que o custodiado depende efetivamente de tratamento médico, que não pode ser ministrado no estabelecimento prisional. 2 - Ficou demonstrado que o paciente é idoso, contado com 72 (setenta e dois) anos de idade, sendo diagnosticado, em 08/08/2013, câncer de próstata, vindo a realizar sessões de quimioterapia com certa frequência, as quais não podem ser ministradas dentro do estabelecimento prisional, ante a ausência de aparato técnico para tanto. 3 - Ordem conhecida e concedida, substituindo o decreto prisional pela prisão domiciliar.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> HC 201402010068450, Desembargador Federal Paulo Espírito Santo, TRF2 - Primeira Turma Especializada, E-DJF2R – Data :15/08/2014.

<sup>7</sup> TJ/MA. *Habeas Corpus* Nº. 022425-2014. Rel.: desembargador José Bernardo Silva Rodrigues. Segunda Câmara Criminal. Julgado em: 03 DE julho de 2014



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Portanto, observo que o paciente enquadra-se na situação descrita no art. 318, II, do CPP, pois se encontra “**extremamente debilitado por motivo de doença grave**”, cujo tratamento adequado requer atendimento médico e estrutura não disponíveis no sistema prisional [estadual](#).

De rigor, portanto, a concessão da ordem, em definitivo.

Com essas considerações, na esteira do parecer ministerial, conheço do presente *Habeas Corpus*, e concedo a ordem, em definitivo, confirmando os efeitos da liminar.

É como voto.

**DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida**

**RELATOR**